

Demonstrações Financeiras

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	4
Demonstração do resultado	6
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstração dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Conselheiros da
Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD (“Associação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Associação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Associação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Associação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Associação são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Associação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Associação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Associação a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Cezar Augusto A. de Freitas
Contador CRC-1SP234620/O-4

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Balanco patrimonial
31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	298	626
Caixa e equivalentes de caixa vinculados (Nota 4)	4.407	8.189
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	82.573	85.900
Contas a receber (Nota 6)	56.119	44.234
Estoques (Nota 7)	6.436	5.949
Outras contas a receber	477	799
	150.310	145.697
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	50.099	-
Títulos e valores mobiliários vinculados (Nota 5)	7.300	41.402
Depósitos judiciais	451	1.979
Outras contas a receber	331	392
	58.181	43.773
Imobilizado (Nota 8)	66.364	66.336
Intangível (Nota 9)	1.903	2.562
Ações recebidas em doações	123	123
Propriedade para investimento (Nota 10)	35.762	-
	104.152	69.021
Total do ativo	312.643	258.491

	2018	2017
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores	23.067	13.513
Salários e contribuições sociais (Nota 11)	13.135	12.902
Adiantamento de clientes	1.824	901
Subvenções (Nota 2.11 (a))	4.407	8.186
Parcelamento de impostos (Nota 12)	353	341
Outras contas a pagar	2.233	2.217
	45.019	38.060
Não circulante		
Subvenções (Nota 2.11 (a))	7.300	41.402
Investimentos subsidiados (Nota 2.11 (c))	7.182	6.978
Parcelamento de impostos (Nota 12)	947	1.245
Provisão para contingências (Nota 13)	3.292	6.726
	18.721	56.351
Total do passivo	63.740	94.411
Patrimônio líquido (Nota 14)		
Patrimônio social	164.080	137.487
Superávit acumulado	84.823	26.593
Total do patrimônio líquido	248.903	164.080
Total do passivo e patrimônio líquido	312.643	258.491

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas Operacionais		
Receitas com atividades hospitalares		
Convênios	186.368	153.479
Particular	3.027	1.886
SUS	3.463	2.693
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	557	-
(-) Dedução da receita	(6.266)	(6.555)
	187.149	151.503
Receitas com atividades ambulatoriais		
Convênios	14.524	14.642
Particular	6.018	4.772
SUS	38.125	37.335
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	5.479	7.705
(-) Dedução da receita	(2.691)	(500)
	61.455	63.954
Receitas institucionais		
Subvenção, convênios e termos (Nota 16)	3.415	1.671
Investimentos subsidiados (Nota 17)	1.143	961
Receitas com doações (Nota 15)	108.371	70.811
Receitas financeiras (Nota 19)	8.607	7.558
Gratuidades (Nota 23)	76.040	70.545
Voluntariado (Nota 20)	2.623	2.677
Outras (Nota 18)	12.750	11.637
(-) Dedução da receita	(462)	(7)
	212.487	165.853
Total das receitas	461.091	381.310

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstração do resultado--Continuação
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Despesas Operacionais		
Despesas com atividades hospitalares		
Despesas com pessoal	(26.075)	(25.719)
Despesas com material	(74.021)	(49.938)
Despesas com prestação de serviços	(24.449)	(17.379)
Despesas administrativas e gerais	(1.844)	(5.360)
	(126.389)	(98.396)
Despesas com atividades ambulatoriais		
Despesas com pessoal	(51.664)	(50.919)
Despesas com material	(24.648)	(23.893)
Despesas com prestação de serviços	(6.908)	(5.691)
Despesas administrativas e gerais	(3.612)	(5.482)
	(86.832)	(85.985)
Despesas com atividades institucionais		
Despesas com pessoal	(39.723)	(33.980)
Despesas com material	(2.566)	(4.055)
Despesas com prestação de serviços	(19.405)	(22.820)
Despesas com doação	(8.408)	(5.059)
Despesas administrativas e gerais	(11.230)	(10.660)
Despesas financeiras e bancárias	(1.470)	(1.894)
Gratuidades concedidas (Nota 23)	(76.040)	(70.545)
Voluntariado (Nota 20)	(2.623)	(2.677)
Perda/Ganho no Imobilizado	-	(6.292)
Outras	104	(12.354)
	(161.361)	(170.336)
Total das despesas	(374.582)	(354.717)
Superávit do exercício	86.509	26.593

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Não houve outros resultados abrangentes nos exercícios divulgados; portanto não é apresentada a demonstração do resultado abrangente.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit acumulado	Total
Em 1º de janeiro de 2017	109.235	28.252	137.487
Incorporação do superávit ao patrimônio social	28.252	(28.252)	-
Superávit do exercício	-	26.593	26.593
Em 31 de dezembro de 2017	137.487	26.593	164.080
Incorporação do superávit ao patrimônio social (Nota 14)	26.593	(26.593)	-
Adoção inicial do CPC 48/IFRS 9 - perdas esperadas (Nota 2.4)	-	(1.686)	(1.686)
Superávit do exercício	-	86.509	86.509
Em 31 de dezembro de 2018	164.080	84.823	248.903

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
(Em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	86.509	26.593
Ajustes para conciliar o superávit do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações (Notas 8 e 9)	8.723	10.531
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida (Nota 13)	(3.434)	770
Constituição de outras provisões	-	2.000
Constituição (reversão) de provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6)	1.095	(658)
Baixas de ativo imobilizado (Nota 8)	497	6.316
Provisão para perda no ativo imobilizado (Nota 8)	756	5.802
Provisão para perda de estoques (Nota 7)	57	1.200
Ativos imobilizados recebidos por doações (Nota 8)	(327)	(2.700)
Propriedade para investimento recebida em doação (Nota 10)	(35.031)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais		
Contas a receber	(14.666)	(8.907)
Estoques	(544)	1.363
Outras contas a receber	383	1.167
Depósitos judiciais	1.528	(483)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	9.554	1.136
Salários e contribuições sociais	233	(402)
Adiantamento de clientes	923	(713)
Subvenções	(37.881)	(10.382)
Investimentos subsidiados	204	5.402
Parcelamento de impostos	(286)	(170)
Outras contas a pagar	16	35
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	18.309	37.900
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Movimentação líquida dos títulos e valores mobiliários	(12.670)	(31.084)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível	(9.749)	(12.899)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(22.419)	(43.983)
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(4.110)	(6.083)
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 4)	8.815	14.898
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 4)	4.705	8.815
Diminuição de caixa e equivalentes de caixa	(4.110)	(6.083)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

1. Informações gerais

A Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD ("AACD" ou "Associação") é uma entidade de caráter beneficente e filantrópico, sem fins lucrativos ou econômicos, que tem por objetivo social promover a prevenção, habilitação e reabilitação de pessoas portadoras de deficiência física, especialmente de crianças e adolescentes, além de promover a sua adaptação ou readaptação social após a recuperação, e é regida pelas disposições do seu Estatuto Social e pela legislação aplicável em vigor.

As principais fontes de recursos para a manutenção e o desenvolvimento de suas atividades são provenientes de: prestação de serviços de saúde hospitalar e ambulatorial; doações espontâneas; venda de próteses, órteses e aparelhos ortopédicos; campanhas; subvenções; contribuições de associados e mantenedores; e receitas financeiras.

A AACD foi declarada de Utilidade Pública conforme a Lei Estadual nº 2.091, de 27 de dezembro de 1952 e o Decreto Municipal nº 19.265, de 25 de novembro de 1983. Também está registrada no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) sob o nº 1073/CMDCA/2004.

A Associação entende que os recursos aplicados são suficientes para investimentos futuros e para manutenção de suas operações, por um prazo razoável de tempo, na eventualidade de ocorrência de situações adversas de qualquer natureza, sem impacto nos atendimentos prestados.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1. Base de preparação e apresentação

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as disposições da Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12, que aprovou a Interpretação Técnica "Entidades sem Finalidade de Lucros - ITG 2002 (R1)".

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação--Continuação

a) Declaração de conformidade--Continuação

A administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram aprovadas para divulgação em reunião do Conselho de Administração, Comitês e Superintendências em 27 de março de 2019.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Associação e, também, a sua moeda de apresentação.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Associação no processo de aplicação das práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.2. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Associação considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários registrados no ativo são instrumentos financeiros classificados como ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, e registrados ao custo de aquisição, atualizados pela taxa contratada e ajustados ao seu valor de justo em contrapartida do resultado do exercício. As cotas dos fundos de investimento são registradas pelo valor da última cota disponível, informado pelo administrador do fundo.

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Associação adotou o CPC 48 (IFRS 9) Instrumentos Financeiros, em substituição ao CPC 38 (IAS 39) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, a partir de 1 de janeiro de 2018. As alterações realizadas nas políticas contábeis da Associação estão descritas abaixo, assim como seus impactos nas demonstrações financeiras:

Classificação de Ativos Financeiros

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que define três principais categorias de classificação: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) e ao valor justo por meio do resultado (“VJR”). A norma elimina as categorias existentes no CPC 38 de mantidos até o vencimento, mantidos para negociação, empréstimos e recebíveis, e disponível para venda.

Esta alteração não gerou quaisquer impactos retrospectivos na mensuração de ativos financeiros da Associação, sendo que a AACD não possui instrumentos financeiros classificados como VJORA.

Contabilidade de Hedge

A AACD não tem por política contratar instrumentos financeiros com esta característica.

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas esperadas”. Esse novo modelo se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

Redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros--Continuação

Para as aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, a Associação não obteve efeitos relevantes nas perdas de crédito, dado que as aplicações são realizadas em bancos de primeira linha.

Para as contas a receber, a AACD estabeleceu uma matriz de provisão que se baseia na experiência histórica de perda de crédito com clientes e planos de saúde, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Transição

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, exceto pelo fato de que a Associação adotou a isenção que lhe permite não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de créditos esperadas). Assim as informações apresentadas para 2017 de forma geral não refletem os requerimentos do CPC 48, mas os requerimentos do CPC 38.

Abaixo estão demonstrados detalhes da transição quanto à classificação dos instrumentos financeiros e efeito das perdas de créditos esperadas da adoção do CPC 48:

Classificação

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Classificação original CPC 38</u>	<u>Nova Classificação CPC 48</u>	<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>
Caixa e equivalentes	Empréstimos e recebíveis	Valor justo (VJR)	8.815	4.705
Títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Valor justo (VJR)	127.302	139.972
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	44.234	56.119

Provisão para perdas de créditos esperadas

<u>Saldo em 31/12/2017</u>	<u>Efeito na adoção em 1º de janeiro de 2018</u>	<u>Saldo em 01/01/2018</u>
5.154	1.686	6.840

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.5. Estoques

Avaliados pelo método do custo médio das compras ou de produção, ou valor líquido realizável, dos dois, o menor. Quando aplicável, é constituída provisão para perda dos estoques, sobre itens obsoletos ou morosos nas datas dos balanços.

2.6. Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais itens é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

	<u>Anos</u>
Edifícios	25
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa.

Os ganhos ou as perdas em alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado quando ocorridos.

2.7. Intangível

Está representado por licenças de uso de *softwares* e sistemas de gestão de *softwares* adquiridos, que são capitalizados com base nos custos incorridos na sua aquisição e preparo de *softwares* para sua utilização. Esses custos são amortizados pela vida útil estimada de cinco anos.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.8. Propriedade para investimento

Refere-se a propriedades mantidas para auferir receita de arrendamento, aluguel ou valorização de capital, mas não para venda no curso normal das operações, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A AACD decidiu manter suas propriedades para investimento mensuradas pelo custo deduzidas das depreciações, que são calculadas com base na estimativa de sua utilidade econômica. O valor justo estimado das propriedades para investimento encontra-se divulgado na Nota 10.

2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável dos Ativos", os ativos não financeiros que apresentam indícios de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, com base nas análises efetuadas, não foram identificados indicadores de potencial redução do valor de recuperação.

2.10. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades, sendo reconhecidas ao valor da fatura ou do contrato correspondente. As referidas contas a pagar são classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas no passivo não circulante.

2.11. Subvenções governamentais

a) Subvenções para custeio de projetos específicos

Reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", e apropriadas como receita, na rubrica "Subvenção, convênios e termos", quando da efetiva prestação do serviço para projetos específicos.

b) Subvenções para custeio para manutenção de unidades

Reconhecidas e apropriadas como Receita na rubrica "Subvenção, convênios e termos" mediante assinatura do convênio para manutenção das unidades por um período determinado.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Subvenções governamentais--Continuação

c) Subvenções para investimento

Referem-se a subvenções para a aquisição ou construção de bens que serão de responsabilidade da AACD. Referidas subvenções para investimento são reconhecidas inicialmente como adiantamentos no passivo, na rubrica "Subvenções", no momento da aquisição do bem o valor sai da rubrica de "Subvenções" e passa para a rubrica de "Investimentos subsidiados", sendo apropriado como receita, na rubrica "Investimentos subsidiados", ao longo do período de vida útil dos bens adquiridos ou construídos, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais". Adicionalmente, o bem adquirido ou construído é contabilizado como ativo imobilizado e depreciado conforme critérios estabelecidos em nota 2.6.

2.12. Provisão para contingências

A AACD é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na Nota 13. Provisões são constituídas para todos os riscos e processos judiciais que representem perdas prováveis que possam ser estimadas de forma razoável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos da AACD.

2.13. Demais passivos circulantes

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias incorridos.

2.14. Patrimônio líquido

Constituído pela dotação inicial de seus outorgantes instituidores, acrescido ou diminuído do superávit ou déficit apurado em cada exercício.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Reconhecimento da receita e apuração do resultado

As receitas e as despesas são reconhecidas de acordo com o princípio contábil da competência.

Receita

A adoção do CPC 47 (IFRS 15) Receita de Contrato com Cliente no exercício de 2018 não alterou as políticas e práticas contábeis adotadas e utilizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

a) *Venda de produtos*

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao cliente, o que geralmente ocorre na sua entrega.

b) *Prestação de serviços*

A receita de prestação de serviços (atividades hospitalares e ambulatoriais) é reconhecida quando ocorre a efetiva prestação dos serviços, independente do faturamento.

c) *Receita de doações*

As doações e contribuições, por sua natureza espontânea, são reconhecidas quando do efetivo recebimento dos recursos.

d) *Voluntariado*

A Associação obedece rigorosamente à legislação fiscal vigente, que determina que as entidades sem finalidade de lucros estão impedidas de remunerar seus administradores. Entretanto, conforme requerido pela ITG 2002 (R1), o valor atribuído ao trabalho voluntário realizado pelos Conselhos de Administração, Consultivo, Fiscal e Regional e Comitês, e por outros voluntários foi contabilizado como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro e uma doação pelos Conselheiros e integrantes dos Comitês, e por outros voluntários, respectivamente (despesa e receita no mesmo montante). Na mensuração desses serviços, foi utilizado o valor justo percebido.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.16. Apuração dos atendimentos financiados com recursos próprios (Gratuidades)

Os atendimentos/procedimentos realizados aos pacientes da AACD com deficiência são definidos a partir da patologia diagnosticada e das necessidades de tratamento de cada uma delas. Contudo, nem todos os atendimentos/procedimentos necessários realizados pela AACD em seus pacientes, fazem parte do rol de procedimentos custeados pelo SUS.

O não custeio por parte do SUS de alguns procedimentos necessários ao tratamento das pessoas com deficiência, assim como o subfinanciamento dos procedimentos cobertos, não exime a AACD de realizá-los, uma vez que estes serviços fazem parte dos protocolos de atendimentos realizados pela Associação.

Assim, para fins de apresentação na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, bem como na Nota 23, os valores relativos a gratuidades são demonstrados separadamente como receita e despesa no mesmo valor, sem gerar alteração do superávit do exercício.

2.17. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Operações de arrendamento mercantil"

O CPC 06 (R2) / IFRS 16 - "Arrendamento Mercantil" estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos para ambas as partes de um contrato, ou seja, os clientes (arrendatários) e os fornecedores (arrendadores). Este pronunciamento introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso do ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. O CPC 06 (R2) / IFRS16 deverá ser adotado com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A AACD avaliou o potencial impacto em suas demonstrações financeiras e, não foi identificado que a Associação deverá reconhecer ativos e passivos de arrendamentos, como arrendatário. Em 2018 a Associação reconheceu como Propriedade para Investimento a Fazenda Santo André, recebida em doação, e deverá reconhecer, a partir de 2019, receita de arrendamento, como arrendadora, baseado em contrato de Arrendamento Rural, da respectiva Fazenda, mantido com a empresa Pedra Agroindustrial S/A.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Associação.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

3. Estimativas e julgamentos contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração faça julgamentos e adote premissas e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e os montantes divulgados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas baseiam-se na experiência histórica e em diversos outros fatores que se supõem serem razoáveis em virtude das circunstâncias. As contas que usualmente requerem estimativas são:

- (a) Provisão para perdas de crédito esperadas (Nota 6);
- (b) Vida útil estimada do imobilizado e do intangível (Notas 8 e 9);
- (c) Provisão para contingências (Nota 13);
- (d) Provisão para perda de estoques (Nota 7); e
- (e) Valor justo dos ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR).

Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Recursos próprios		
Caixa e bancos	<u>298</u>	626
	<u>298</u>	626
Recursos vinculados (a)		
Poupança	<u>4.167</u>	3.970
Fundo de investimento em cotas de fundos de investimento – (3% a.a em 2018)	<u>240</u>	4.219
	<u>4.407</u>	8.189
Total	<u><u>4.705</u></u>	<u><u>8.815</u></u>

(a) Vinculados a subvenções para a aquisição de bens, construção e custeio de projetos captados. A AACD, em 2018, obteve a liberação de 19 novos projetos, sendo 1 projeto da Lei Rouanet, 1 projeto de Renúncia Fiscal, 3 projetos de Subvenções (estadual e municipal) e 14 projetos de emendas parlamentares.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

5. Títulos e valores mobiliários

	Rendimento médio - % 2018	2018	2017
Recursos próprios - circulante			
Operações compromissadas - CDBs (a)	100,2% do CDI	82.573	85.889
Fundo de renda fixa	-	-	11
		82.573	85.900
Recursos próprios - não circulante (b)			
CDB - DI	100,5% do CDI	50.099	-
Recursos vinculados - não circulante (c)			
Poupança		5.305	-
Fundo de investimento em cotas de fundos de investimento	3% a.a.	1.995	41.402
		7.300	41.402
Total		139.972	127.302

(a) As operações compromissadas foram realizadas com os bancos Bradesco, Banco do Brasil, Itaú e Votorantim, estando lastreadas em Certificados de Depósitos Bancários - CDB.

(b) As operações se referem a aplicações em CDB-DI no Banco Santander com resgate em fevereiro de 2021.

(c) Vinculados a projetos relacionados com subvenções governamentais (Nota 2.11 (a) e (c)), sendo que os projetos que estão em execução receberam sua alocação no ativo circulante e os demais, que totalizam R\$ 7.300, foram classificados em rubrica de realizável a longo prazo. Compreendem substancialmente fundos de renda fixa do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

6. Contas a receber

a) As contas a receber são demonstradas como segue:

	2018	2017
Convênios e planos de saúde	49.478	38.373
Sistema Único de Saúde (SUS)	11.326	8.645
Consumidor final	2.593	2.064
Outros	657	306
	64.054	49.388
Provisão para perdas de crédito esperadas	(7.935)	(5.154)
	56.119	44.234

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

6. Contas a receber--Continuação

b) A análise das contas a receber de clientes por idade de vencimento está apresentada a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
A vencer	38.695	32.485
Vencidas		
Até 30 dias	3.491	3.197
De 31 a 60 dias	2.687	2.026
De 61 a 90 dias	1.839	868
De 91 a 180 dias	4.194	2.544
De 181 a 360 dias	6.520	3.931
Acima de 360 dias	6.628	4.337
	64.054	49.388

c) A movimentação da provisão para perdas de crédito esperadas é assim demonstrada:

	<u>2018</u>
Saldo em 31/12/2017 antes da adoção do CPC 48	5.154
Mudança de prática contábil - adoção do CPC 48 em 01/01/2018 (a)	1.686
Provisões no exercício, líquidas	1.095
Saldo em 31/12/2018	7.935

(a) Este aumento na provisão para perda de créditos esperada resultou em ajuste no patrimônio social de R\$ 1.686, efeito da adoção do CPC 48 em 01/01/2018.

7. Estoques

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Materiais para produção de Órtese, Prótese e Materiais Especiais	2.649	2.729
Materiais e medicamentos	1.689	1.577
Estoque de produtos acabados (a)	1.671	2.251
Materiais gerais (b)	484	592
(-) Provisão para perda de estoques	(57)	(1.200)
	6.436	5.949

(a) O estoque de produtos acabados é composto por material produzido: órteses e próteses e material para revenda: cadeiras de roda e produtos ortopédicos.

(b) No grupo de materiais gerais estão alocados: materiais de consumo, materiais de escritório, formulários, materiais de limpeza e materiais para manutenção.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

7. Estoques--Continuação

As movimentações ocorridas no período na conta de provisão para perdas de estoques estão assim representadas:

Saldos em 01 de janeiro de 2017	-
Adições	(1.200)
Reversões e baixas, líquidas	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	(1.200)
Adições	(57)
Reversões e baixas, líquidas	1.200
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(57)

8. Imobilizado

	2018	2017
Custo		
Terrenos	7.453	7.983
Edifícios	71.332	70.804
Instalações	7.495	6.816
Móveis e utensílios	10.278	10.348
Equipamentos de informática	11.092	10.072
Veículos	818	973
Máquinas e equipamentos	32.708	29.614
Imobilizado em andamento (a)	2.984	1.243
	144.160	137.853
Depreciações acumuladas	(71.238)	(65.715)
Provisão para encerramento de unidades, sobre ativos líquidos (b)	(6.558)	(5.802)
	66.364	66.336

(a) O grupo de imobilizado em andamento está substancialmente representado por reformas na unidade Ibirapuera (leitos 3º andar hospital, elevadores, fisio infantil, reforma centro cirúrgico, depósito/estoque da cozinha, reforma do refeitório, lavanderia e retrofit de pintura do centro de reabilitação).

(b) Referente à provisão para encerramento das unidades (perda por redução ao valor recuperável de ativos) de Campina Grande, de São José do Rio Preto e de Nova Iguaçu, a mesma foi constituída considerando o fato de que as unidades encontram-se sem operação e estão atualmente em processo de encerramento junto às respectivas prefeituras, sob condução do departamento jurídico.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

8. Imobilizado--Continuação

A movimentação do saldo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está assim representada:

	2017	Adições	Baixas	Transferências	Reclassificação	2018
Custo						
Terrenos	7.983	-	(280)	-	(250)	7.453
Edifícios	70.804	414	-	1.050	(936)	71.332
Instalações	6.816	34	(46)	691	-	7.495
Móveis e utensílios	10.348	347	(417)	-	-	10.278
Equipamentos de informática	10.072	1.827	(807)	-	-	11.092
Veículos	973	150	(305)	-	-	818
Máquinas e equipamentos	29.614	3.421	(327)	-	-	32.708
Imobilizado em andamento	1.243	3.482	-	(1.741)	-	2.984
	137.853	9.675	(2.182)	-	(1.186)	144.160
Depreciações acumuladas	(65.715)	(7.663)	1.685	-	455	(71.238)
Provisão para encerramento de unidades, sobre ativos líquidos	(5.802)	(756)	-	-	-	(6.558)
	66.336	1.256	(497)	-	(731)	66.364

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio da Lei nº 15.411, de 12 de julho de 2011, autorizou o poder executivo a doar à AACD área municipal (terreno) situada à Rua Pedro de Toledo, Vila Clementino. O referido terreno possui 13.328,77 m². A AACD aguarda a regularização da escritura em seu nome para incorporar esse terreno em seu ativo imobilizado.

Do total das adições, reconhecemos o montante de R\$ 327, referente à imóvel recebido em doação.

As movimentações ocorridas no período na conta de provisão para encerramento de unidades estão assim representadas:

Saldo em 01 de janeiro de 2017	-
Adições	(5.802)
Reversões e baixas, líquidas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(5.802)
Adições	(756)
Reversões e baixas, líquidas	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(6.558)

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

9. Intangível

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Custo		
<i>Softwares - sistema de gestão</i>	<u>10.318</u>	<u>9.917</u>
Amortizações acumuladas	<u>(8.415)</u>	<u>(7.355)</u>
	<u>1.903</u>	<u>2.562</u>

A movimentação do saldo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 está assim representada:

	<u>2017</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>2018</u>
<i>Softwares - sistema de gestão</i>	9.917	401	-	10.318
Amortizações acumuladas	(7.355)	(1.060)	-	(8.415)
	2.562	(659)	-	1.903

10. Propriedade para Investimento

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fazenda Santo André (a)	35.031	-
Demais propriedades (b)	731	-
	<u>35.762</u>	<u>-</u>

(a) Em agosto de 2018, a Associação recebeu em doação uma fazenda, denominada "Fazenda Santo André", localizada entre os municípios de Cravinhos e São Simão, no Estado de São Paulo. A referida fazenda é objeto de contrato de arrendamento rural (concessão da terra para plantio por produtor rural), vigente até 31 de dezembro de 2022. A propriedade foi contabilizada ao valor justo, como propriedade para investimento no montante de R\$35.031, suportada por laudo emitido por empresa especializada independente, que utilizou as normas do IBAPE - Instituto Brasileiro de Avaliações e Perícias de Engenharia e da NBR 37.18453-3/04 da ABNT, e utilizou como premissa dados do mercado imobiliário local, que foram devidamente homogeneizados com as características próprias da respectiva propriedade. O objetivo será de obter rendimentos para aplicação nos projetos da Associação.

Durante o exercício de 2018 a receita apurada com o contrato de arrendamento rural foi de R\$ 1.344.

(b) Durante o exercício de 2018 foram transferidos do Ativo Imobilizado para Propriedade para Investimento 14 imóveis, ao valor líquido de R\$ 731 (custo amortizado), todos de propriedade da Associação, mas que são gravados com cláusula vitalícia de inalienabilidade e impenhorabilidade, e estão locados em função destas características. As receitas de aluguel geradas por estes imóveis são reconhecidas no resultado, tendo em 2018 totalizado R\$ 242.

O valor justo estimado desses imóveis, determinado pela Administração, monta R\$2.442 em 31 de dezembro de 2018. Como metodologia de cálculo para determinação do valor justo, a administração utilizou-se de preços médios de metro quadrado aplicados em negociações de mercado em vendas de imóveis nas regiões onde os ativos estão localizados e, quando aplicável, utilizou-se de fatores deflatores em função das condições de conservação desses imóveis.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

11. Salários e contribuições sociais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisão para férias	10.260	9.684
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) a recolher	1.257	1.227
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	889	859
Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a recolher	591	550
Outros	138	582
	<u>13.135</u>	<u>12.902</u>

12. Parcelamento de impostos

Refere-se, principalmente, aos parcelamentos da Prefeitura Municipal de São Paulo e da Previdência Social realizados pelo Lar Escola São Francisco ("LESF"), que no momento da sua incorporação passou a fazer parte integrante da composição patrimonial da AACD.

O LESF formalizou a adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) na Prefeitura do Município de São Paulo do processo de nº 1.832.329-4, referente à Imposto sobre serviços - ISS, a ser pago em 120 meses. Restam 22 parcelas a serem quitadas no total de R\$ 300.

A AACD formalizou a adesão ao Programa de Parcelamento Incentivado (PPI) na Prefeitura do Município de São Paulo, através do Processo de nº 2764756-0, referente à taxa de resíduos sólidos de saúde - TRSS, a ser pago em 120 meses. Restam 83 parcelas a serem quitadas no total de R\$ 833.

A AACD formalizou a adesão ao Parcelamento Administrativo de Débitos Tributários (PAT), na Prefeitura do Município de São Paulo, através do Processo de nº 2780084-9, referente à taxa de resíduos sólidos de saúde - TRSS, a ser pago em 60 meses. Restam 29 parcelas a serem quitadas no total de R\$ 167.

13. Provisão para contingências

A AACD, no curso normal de suas operações, é parte em processos judiciais de natureza trabalhista e cível, em diversas instâncias, ajuizadas e conhecidas na data de encerramento das demonstrações financeiras, tendo à administração adotado como procedimento a constituição de provisão com base na opinião dos assessores jurídicos da AACD e a análise das demandas judiciais pendentes. Não há nenhum processo individual de valor relevante que necessite de divulgação específica. Os valores provisionados, considerados suficientes pela administração para a cobertura de prováveis perdas nos processos em andamento, são apresentados como segue:

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

13. Provisão para contingências--Continuação

	2018	2017
Trabalhistas	3.191	6.019
Cíveis	101	707
	3.292	6.726

A movimentação da provisão é demonstrada como segue:

	Natureza das contingências		
	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	5.249	707	5.956
Adições	3.093	-	3.093
Reversões e baixas	(2.323)	-	(2.323)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.019	707	6.726
Adições	1.789	-	1.789
Reversões e baixas	(4.617)	(606)	(5.223)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	3.191	101	3.292

A AACD tem ações de natureza trabalhista, cível, administrativas e tributária envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação dos assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, no montante de R\$ 27.975 (2017 - R\$ 15.292), sendo que este valor substancialmente está representado pelo processo de natureza tributária nº19515-721.097/2014-20 por um valor envolvido de R\$ 12.103, referente à Contribuição Previdenciária, atualmente em discussão no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e por 39 processos trabalhistas que totalizam R\$ 10.690.

O julgamento do STF proferido em 23 de fevereiro de 2017 como procedente da ADIN nº 2028 declarou inconstitucional as alterações na Lei nº 8.812/91 promovidas pela Lei nº 9.732/98 e determinou que a questão da regulação da imunidade tributária prevista no artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal deve ser feito por lei complementar e não por lei ordinária. Desta forma os processos do CARF que versam sobre a questão de imunidade tributária de entidades de assistência social foram suspensos.

14. Patrimônio líquido

Conforme estatuto social, a AACD deve aplicar integralmente seus recursos na manutenção de seus objetivos, não podendo, como consequência, distribuir qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas a título de lucros ou de participação no seu superávit.

Dessa forma, o superávit do exercício é integralmente incorporado ao patrimônio social.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

15. Receitas institucionais - com doações

	2018	2017
Teleton (a)	24.480	26.731
Donativos em dinheiro	2.236	2.328
Mantenedores	17.160	17.549
Donativos em materiais	8.664	5.955
Produtos financeiros (b)	8.987	4.838
Doações espontâneas (c)	38.149	7.927
Outras receitas de captação (d)	8.695	5.483
	108.371	70.811

- (a) As receitas são provenientes da campanha anual que visa à obtenção de recursos destinados à manutenção de centros de atendimento aos deficientes físicos no território nacional e é reconhecida no resultado de acordo com a efetivação das doações.
- (b) As receitas são representadas pela campanha realizada através de doações de cartões de crédito ou títulos de capitalização com apoio de operadoras de cartões e bancos.
- (c) As receitas são representadas por doações de imóveis e recursos financeiros, constituídos por depósitos bancários. Em 2018 foi recebida em doação uma fazenda no valor de R\$ 35.031, classificada como propriedade para investimento.
- (d) Captações através de nota fiscal paulista, nota fiscal gaúcha, corrente do bem e empresas parceiras.

16. Receitas de subvenção, convênios e termos

	2018	2017
Receitas com atividades ambulatoriais		
Fundo Pró-Infância da Prefeitura do Município de São Paulo (a)	775	906
Subvenções, convênios e termos (a) e (b)	3.539	4.315
Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência (Pronas/PCD) - Ministério da Saúde (c)	634	2.484
Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID) (e)	600	-
(-) Dedução da receita	(69)	-
	5.479	7.705

	2018	2017
Receitas com atividades hospitalares		
Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência (Pronas/PCD) - Ministério da Saúde (c)	557	-
	557	-

	2018	2017
Receitas com atividades institucionais		
Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (d)	430	357
Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos (FID) (e)	846	884
Ministério da Cultura (f)	236	430
Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência (Pronas/PCD) - Ministério da Saúde e Emendas Parlamentares Federais e Estaduais (c)	1.903	-
	3.415	1.671

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

16. Receitas de subvenção, convênios e termos--Continuação

- (a) Refere-se aos subsídios para tratamento de reabilitação física.
- (b) Referem-se a verbas recebidas dos municípios de Mogi, Poços, Uberlândia, Osasco, Barueri, Secretaria Municipal da Educação, FASC (Porto Alegre) para manutenção das unidades e subsídios para tratamento de reabilitação física.
- (c) Refere-se a verbas recebidas da Secretaria da Saúde, Fundo Nacional de Saúde e emendas parlamentares do Programa nacional de apoio à atenção da saúde da pessoa com deficiência física (Pronas/PCD) - Ministério da Saúde, para desenvolvimento de recursos humanos, custeio de equipe para assistência à saúde, aquisição de equipamentos e ampliação dos serviços médicos assistenciais.
- (d) Refere-se à ação compartilhada de educação especial de crianças e adolescentes, que visa à promoção do atendimento de educandos com graves deficiências físicas, mentais, auditivas, visuais ou múltiplas ou com conduta típica de síndromes com comprometimentos severos, que não puderam ser beneficiados pela inclusão em classes comuns do ensino regular, desenvolvida, dessa forma, nas unidades de educação especial.
- (e) Referem-se substancialmente a verbas recebidas pelo Fundo Estadual de Defesa dos Interesses Difusos, com a finalidade de apoio ao Programa de assistência às pessoas portadoras de distrofia muscular e através da expansão do atendimento escolar e treinamento de cães para assistência.
- (f) Refere-se à verba recebida do Ministério da Cultura para realização de oficinas gratuitas de técnicas da capoeira e samba de roda a pessoas com deficiência.

17. Receitas institucionais - investimentos subsidiados

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Subvenção para investimentos (a)	1.143	961
	<u>1.143</u>	<u>961</u>

- (a) Refere-se à depreciação dos bens adquiridos com verba pública, para atendimento ao CPC 07.

18. Receitas institucionais - outras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Estacionamento	1.225	1.364
Lanchonete	618	694
Bazar	8.986	8.152
Demais receitas (a)	1.921	1.427
	<u>12.750</u>	<u>11.637</u>

- (a) Representadas por receitas de locações, cursos e congressos, peças pré-fabricadas e reciclagem.

19. Receitas financeiras

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendimento de aplicações financeiras	6.717	6.311
Descontos obtidos	1.874	1.232
Outras	16	15
	<u>8.607</u>	<u>7.558</u>

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

20. Voluntariado

Conforme determinado pela ITG 2002 (R1), para efeito de cumprimento à resolução aplicável a entidades sem finalidade de lucros, a AACD identificou e mensurou os trabalhos voluntários por ela recebidos durante os exercícios de 2018 e de 2017.

O valor de trabalho voluntário foi reconhecido com base em estimativas de valor justo correspondentes a cada um dos serviços recebidos e está assim sumarizado:

	2018	2017
Trabalho voluntário (a)	2.108	2.516
Conselhos e Comitês (b)	515	161
	2.623	2.677

(a) O valor justo desta valoração foi atribuído considerando R\$ 9,45/hora em janeiro e fevereiro e R\$ 9,69 de março a dezembro de 2018 (2017 - R\$ 9,45/hora), multiplicado pela quantidade de horas dedicadas à Associação pelo seu corpo de voluntários relativos ao trabalho administrativo, em 2018 foram 159.730 horas (2017 - 196.393 horas), sendo tomado como premissa do cálculo o valor justo de um assistente administrativo, ao qual mais se assemelha com as atribuições dos voluntários.

(b) No trabalho desenvolvido referente ao Conselho de Administração, Consultivo, Regional e Fiscal e Comitês, em 2018, foram 515 horas (2017 – 692 horas), tendo sido aplicado o valor base de R\$ 1.000,00/hora em 2018 (2017 – R\$ 240,00), para valorização destas horas.

Nenhum dos valores acima teve o desembolso de caixa correspondente, tendo sido reconhecidos, em 2018 e 2017, como receita e despesa operacional na demonstração do resultado, em montantes iguais, sem efeito no resultado do exercício.

21. Instrumentos financeiros

Mensuração e hierarquia dos instrumentos financeiros

Para mensuração e determinação do valor justo, a Associação utiliza a metodologia de fluxo de caixa descontado, baseadas em premissas internas e observações de mercado externo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e
- Nível 3 - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração e hierarquia dos instrumentos financeiros--Continuação

Instrumentos financeiros	Nota	31/12/2018	Método de mensuração	Nível
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.705	Valor justo (VRJ)	2
Títulos e valores mobiliários	5	139.972	Valor justo (VRJ)	2
Contas a receber de clientes	6	56.119	Custo amortizado	2
Passivos				
Fornecedores		23.067	Custo amortizado	2

Não existem distorções materiais entre os valores contábeis e os valores justos destes instrumentos.

Gerenciamento de riscos financeiros

A AACD participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender as suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de créditos e aplicações de recursos, risco de liquidez e riscos de mercado (juros), aos quais a Associação entende que está exposta, de acordo com sua natureza dos negócios e estrutura operacional. A administração desses riscos é efetuada por meio de definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração. Não são realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

Adicionalmente, a Administração procede com a avaliação tempestiva, acompanhando os resultados financeiros obtidos, avaliando as projeções futuras, como forma de garantir o cumprimento do plano de negócios definido e monitoramento dos riscos aos quais está exposta.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da AACD são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites e controles apropriados e para monitorar riscos e aderência dos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Associação.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo da AACD caso um cliente ou instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de convênios, particulares e em títulos e valores mobiliários.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de crédito--Continuação

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - A política de gestão de risco corporativo determina que a Associação avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como, propostas de mitigação. As estratégias de mitigação de riscos são executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento assumidos pela Associação. A AACD possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo e realizável a longo prazo que são realizadas em instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. As aplicações financeiras são substancialmente realizadas com base nas taxas de remuneração efetivamente negociadas. Tais aplicações refletem as condições usuais de mercado nas datas dos balanços.

Contas a receber de clientes - Para mitigar esses riscos a AACD adota como prática a análise das situações financeiras e patrimonial de suas contrapartes, gerenciamento no processo de revisão prévia de glosas juntos aos convênios médicos e constituição de provisão de perdas de créditos esperadas, assim como limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto.

Risco de taxa de juros

O risco referente às taxas de juros decorre das operações de equivalentes de caixa, aplicações financeiras. A manutenção de ativos financeiros indexados ao CDI, bem como, o prazo de realização dos recebíveis corrigidos a taxas de juros fixa, garante à Associação baixo nível de risco associado às oscilações nas taxas de juros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Associação efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos e favoráveis dos juros, considerando as seguintes premissas: cenário esperado para taxa de juros do CDI para a próxima divulgação (6,43% em 31/12/2019), considerado como cenário provável, redução de 25% e aumento de 25% e 50%.

<u>Instrumentos financeiros</u>	<u>Risco</u>	<u>Saldo em 31/12/2018</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Redução de 25%</u>	<u>Aumento de 25%</u>	<u>Aumento de 50%</u>
Caixa e equivalentes	Baixa CDI	4.407	4.690	4.620	4.761	4.832
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI	139.972	148.972	146.722	151.222	153.472

Risco de Liquidez

É o risco em que a AACD irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. A abordagem da Associação na administração de liquidez é garantir, o máximo possível, que sempre tenha recursos suficientes para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da AACD.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

21. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de Liquidez--Continuação

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados (quando aplicável) e excluindo o impacto de acordos de compensação:

<u>Fluxo de caixa contratuais</u>	<u>Valor contábil</u>	<u>Total</u>	<u>12 meses ou menos</u>	<u>1-2 anos</u>	<u>Mais de 2 anos</u>
31 de dezembro de 2018					
Fornecedores	23.067	23.067	23.067	-	-
Parcelamento de impostos	1.300	1.300	353	474	473
Outras contas a pagar	2.233	2.233	2.233	-	-
Total	26.600	26.600	25.653	474	473
	<u>Valor contábil</u>	<u>Total</u>	<u>12 meses ou menos</u>	<u>1-2 anos</u>	<u>Mais de 2 anos</u>
31 de dezembro de 2017					
Fornecedores	13.513	13.513	13.513	-	-
Parcelamento de impostos	1.586	1.586	353	474	759
Outras contas a pagar	2.217	2.217	2.217	-	-
Total	17.316	17.316	16.083	474	759

Risco de mercado

É o risco que alterações nos preços de mercado, tal como as taxas de juros tem nos ganhos da Associação, no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos serviços prestados pela AACD e dos demais insumos utilizados no processo de prestação de serviço e venda de produtos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da AACD.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis. Esse risco é mitigado uma vez que um dos principais componentes do custo refere-se a pessoal fixado em moeda nacional e de acordo com o dissídio das categorias.

Com relação à taxa de juros, a Associação mitiga este tipo de risco centralizando seus investimentos em títulos e valores mobiliários com taxas que acompanham a variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e fundos de renda fixa.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

22. Seguros contratados

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura dos seguros contratados é assim demonstrada:

Modalidade	Importância segurada
Edifícios, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios etc.	313.608
Responsabilidade civil	10.000
Veículos	1.200
	<hr/>
	324.808
	<hr/>

23. Gratuidade e informações suplementares

Em conformidade com os artigos 1º e 3º do Estatuto Social da AACD, e em conformidade com os requisitos da Lei nº 12.101/2009, a Associação apresenta o valor em gratuidade que dispensou aos seus pacientes com deficiência nos anos de 2018 e 2017, apurados pelo custo médio dos serviços prestados:

Em milhares de reais	2018			2017		
		Déficit gerado pelo			Déficit gerado pelo	
Local de atendimento	Financiamento Próprio	atendimento ao SUS	Total de Gratuidade	Financiamento Próprio	atendimento ao SUS	Total de Gratuidade
Hospital	-	36.871	36.871	1.679	34.040	35.719
Centro de Reabilitação	3.840	34.219	38.059	1.040	32.038	33.078
Centro de Diagnóstico	401	470	871	345	455	800
Dispensação de Órteses e Próteses	110	129	239	179	769	948
Total de Gratuidade	4.351	71.689	76.040	3.243	67.302	70.545

24. Imunidade tributária

A Associação é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de Outubro de 1988.

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, esses estão previstos no Estatuto Social da Entidade e seu cumprimento (operacionalização) pode ser comprovado por meio da sua escrituração contábil.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

24. Imunidade tributária--Continuação

Em 06 de julho de 2018 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 955, de 28 de junho de 2018, que deferiu o pedido de Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social da Área da Saúde - CEBAS da AACD, para o período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.

A AACD possui no Ministério da Saúde, pedido de renovação pendente de análise, tempestivamente protocolado pelo SIPAR nº 25000.203895/2018-09, que renovará o CEBAS para o período de janeiro de 2019 a dezembro de 2021.

O parágrafo 2º do artigo 24 da Lei 12.101 de 2009, determina que a certificação da entidade permanecerá válida até a data da decisão sobre o requerimento de renovação tempestivamente apresentado.

25. Imunidade das contribuições sociais usufruídas

A imunidade das contribuições sociais usufruídas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 está apresentada conforme segue:

	2018	2017
Contribuição patronal de INSS	19.820	19.126
Risco de Acidentes de Trabalho (RAT)	1.487	1.434
Outras (SESC, SESI, SENAC etc.)	5.747	5.547
	27.054	26.107

26. Declaração de conformidade dos Superintendentes

A Superintendência declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes.

Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações financeiras correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

Associação de Assistência à Criança Deficiente - AACD

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

27. Eventos subsequentes

Em 20 de fevereiro de 2019 a Associação recebeu Auto de Infração, decorrente do processo de fiscalização 10314-720.784/2018-43, relativo ao potencial não recolhimento de Contribuições Previdenciárias, ano base 2014, fiscalização esta iniciada em 2017. O valor do Auto de Infração totalizou R\$ 786, incluindo principal, multa e juros proporcionais.

Em 08 de março de 2019 a Associação recebeu o segundo Auto de Infração referente à fiscalização supracitada, referente ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, no valor de R\$ 2.987, incluindo principal, multa e juros proporcionais.

A Associação encontra-se em base de elaboração da defesa dos correspondentes Autos de Infração; entretanto, a avaliação preliminar do Departamento Jurídico indica que são possíveis as chances de êxito desses autos. A avaliação levou em consideração os méritos em discussão, casos similares existentes e consideração de eventual saída de recurso futuro para liquidação da obrigação.